

Ata da Audiência Pública do CISAMAVI para apresentação do projeto de Parceria Público-Privada (PPP) de Iluminação Pública- 20/08/2026

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 14h, reuniram-se no auditório da AMAVI, em Rio do Sul, prefeitos e demais representantes de 23 municípios do Alto Vale do Itajaí, conforme lista de presença anexa, para audiência pública de apresentação à sociedade do projeto de Parceria Público-Privada (PPP) de Iluminação Pública que reúne 23 municípios da região do Alto Vale. A audiência foi realizada de forma híbrida, com participação presencial e também com transmissão ao vivo pela internet. Dando início a audiência pública o cerimonial anunciou as regras previstas no regulamento da Audiência Pública, que tem por objetivo apresentar o projeto destinado à celebração de contrato de concessão administrativa para prestação dos serviços de iluminação pública nos municípios consorciados, abrangendo o desenvolvimento, modernização, expansão eficiente energética, operação e manutenção das redes municipais de iluminação pública eficiente, moderna e sustentável. Na sequência foram anunciados os municípios que integram o projeto, sendo Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lajeado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Sul, Salete, Santa Terezinha, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles e Witmarsum. Ato contínuo foi composta a mesa institucional da audiência, que ficou assim composta: Presidente da AMAVI e do CISAMAVI, prefeito Claudio Volnei Sens; Representante da PPI, com participação de forma virtual, André Arantes; Superintendente Executivo de Governo, representando a Caixa Econômica Federal, Adriano Gomes Mendes e representante da UCAVI, vereador Valdemar Schaefer. Na sequência, os integrantes da mesa institucional fizeram uso da palavra e falaram sobre a importância deste evento para o desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Ato contínuo, foi desfeita a mesa institucional e foi passado para o item seguinte, momento principal da audiência pública que é a apresentação e os esclarecimentos técnicos sobre o projeto. E para isso foi composta uma mesa técnica, responsável pelos trabalhos. A mesa técnica ficou assim constituída: porta voz do CISAMAVI no programa da PPP de Iluminação Pública e prefeito de Rio do Sul, Manoel Arisoli Pereira; supervisor de Centralizadora e líder do projeto, representando a Caixa Econômica Federal, Alexandre Silveira Barbosa e os representantes das consultorias, Integra Soluções Empresariais e a APA Advogados, responsáveis pela exposição técnica e os esclarecimentos relacionados ao projeto. Ato contínuo foi lido o regulamento e apresentadas todas as regras da audiência pública, destacando que a participação é aberta a todos os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, independentemente de inscrição prévia observada e que após a apresentação técnica com duração de cerca de uma hora será realizado intervalo de dez minutos, seguidos de 30 minutos para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao projeto. Qualquer interessado presente poderá apresentar questionamentos, dúvidas, sugestões ou contribuições por escrito, mediante preenchimento do formulário disponibilizado na entrada do auditório. As manifestações escritas deverão versar especificamente sobre o objeto da audiência pública e poderão ser respondidas durante a sessão e ou posteriormente, em conjunto com as questões apresentadas no período de consulta pública. As manifestações escritas poderão ser entregues à mesa durante a apresentação técnica. As contribuições que não versaram especificamente sobre o objeto desta audiência não serão consideradas. Não será possível a

interação direta com o público da Internet. Os participantes que desejarem se manifestar na audiência, mas que não se sentirem a vontade para fazê-lo ou estejam acompanhando via canal do YouTube, poderão encaminhar suas dúvidas, contribuições ou críticas por escrito na página do projeto dentro do site do CISAMAVI. Todos os depoimentos e exposições serão registrados por meio eletrônico, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e o seu máximo aproveitamento como subsídios ao aprimoramento a que se destina a Audiência Pública, sendo que todas as contribuições serão registradas em ata. Após apresentação do regulamento, foi passada a palavra ao presidente da mesa técnica, porta voz do Consórcio CISAMAVI no programa da PPP de Iluminação pública, prefeito Manoel Arisoli Pereira, que cumprimentou os presentes e falou da importância deste momento de participação da comunidade no projeto. Na sequência, houve a participação do assessor técnico da PPI, André Arantes, que fez uma participação de forma online sobre o programa de parcerias público privadas e todas as etapas do projeto. Dando continuidade foi realizada exposição técnica sobre o projeto e para isso passada a palavra ao supervisor e líder do projeto Alexandre Silveira Barbosa e também para a equipe de consultores. Após a apresentação técnica, o presidente da mesa, prefeito Manoel Arisoli Pereira anunciou o início do momento de perguntas e respostas, sendo que todos os questionamentos foram respondidos pelos integrantes da mesa técnica. A primeira pergunta apresentada foi: Considerando que a PPP gera um compromisso de longo prazo, em especial o financeiro, onde os mecanismos de controle e garantias estão previstos para assegurar? Resposta apresentada: As contas prestações futuras permanecem, inclusive diante da mudança de arrecadação, inflação, revisões contratuais ou eventuais desequilíbrios econômicos financeiros. Nós temos as peças contratuais, elas também estão disponíveis na no site da consulta pública. Temos todos esses mecanismos de garantia, mecanismos específicos para recomposição do equilíbrio econômico financeiro. Existem mecanismos de reajuste que enfim, reajusta a inflação, reajusta um contrato em um dos pontos que você trouxe também. A gente acredita fortemente nessa estrutura e na segurança jurídica desses projetos de PPP, porque durante a estruturação a gente estuda toda as legislações dos municípios e a gente de fato prepara o terreno nesses municípios pra que eles estejam aptos a assumir um compromisso desse porte. Então todos os municípios vão passar pela adequação. Assim, os que têm a necessidade de majoração da Cosip vão passar por essa adequação e todos os municípios vão passar pela adequação das leis orçamentárias, tanto a Lei Orçamentária Anual quanto a Lei Plurianual, enfim, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esses recursos dão a assunção das obrigações pecuniárias que decorrem do contrato e no contrato é muito extenso, de fato, mas nós temos instrumentos de revisão ordinária, revisões que já tem data marcada no contrato pra que a gente possa, para que o poder concedente, a concessionária, possam sentar numa mesa e discutir quais são os eventuais temas que ali estão, de certa forma, causando algum tipo de desequilíbrio nessa relação. E essas revisões ordinárias elas ocorrem geralmente a cada cinco anos. Temos também o mecanismo das revisões extraordinárias, onde caso uma parte identifique ali um evento de desequilíbrio, é possível iniciar um procedimento específico para estudar esse evento. Mas enfim, para além desses mecanismos, temos as garantias que trazem toda a segurança jurídica e financeira também do contrato. A pergunta seguinte de representante da Prefeitura Municipal de Ibirama foi se o município terá algum sistema ou alguma ferramenta para acompanhar tanto a modernização e principalmente a manutenção em tempo real e se sim,

além da equipe do consórcio está prevista uma equipe de acompanhamento e fiscalização? Resposta apresentada: dentro do próprio consórcio vai ser constituída a equipe, também temos a figura do verificador independente. O verificador independente vai fazer verificações periódicas, desde o cumprimento dos marcos ao cumprimento da norma ao longo de toda a operação. Então, existe sim vários mecanismos para poder garantir essa fiscalização. Na sequência, o presidente da mesa, prefeito Manoel Arisoli Pereira anunciou que considerando que só houve duas perguntas registradas, será aberto espaço para perguntas e manifestações verbais para ampliar o debate e esclarecer todas as dúvidas. Assim sendo, o presidente solicitou que quem queira se manifestar favor levantar a mão que a equipe de apoio irá levar o microfone. Inicialmente fez uso da palavra representante da Prefeitura Municipal de Agronômica falando que a dúvida é em relação a programação da modernização e também da manutenção e questionou se a manutenção ocorre quando há necessidade e sobre a modernização, questionou sobre a decisão de quais pontos serão modernizados, por onde irá começar. A resposta apresentada é que essas decisões serão tomadas em conjunto com o município, ou seja, se o município entender que há necessidade. Elaborado o plano de modernização desses municípios o indicativo traz isso. É importante frisar que estes marcos não possuem contratualmente uma ordem específica para serem seguidos, então não necessariamente a concessionária tem que cumprir o marco um para depois cumprir o marco dois e depois cumprir o marco três, isso realmente é debatido e depende do plano de modernização a ser construído na fase de transição. A pergunta seguinte foi sobre prazo do contrato, se o município quiser fazer uma alteração no aumento de pontos e em áreas rurais, o contrato será renovado ou mantém o mesmo contrato? A resposta apresentada foi: em relação a cota expansão, que seria o mecanismo utilizado para esse atendimento, cada município já tem um diagnóstico que a gente realizou durante os estudos de demanda reprimida, que são locais que já deveriam ter o serviço de iluminação pública. Locais onde tem residências, indústrias, enfim, presença de pessoas, mas ainda não têm o serviço, esses locais foram identificados e levantados quantitativos específicos que nos primeiros dois anos da concessão, na fase de modernização, serão atendidos. Além disso, é que se utiliza a cota expansão anualmente e a cota expansão também foi calculada, foi gerado um quantitativo anual para ser utilizado pelo município, também individualmente calculado para cada um dos 23 municípios. Sobre o questionamento se esta previsão, esse quantitativo fixo de cota expansão a ser utilizado estiver diferente da intenção do município daqui cinco, dez anos, enfim, é possível sim se implantar mais pontos do que o previsto, dada a disponibilidade financeira, a gente calculou todo o projeto para se utilizar os recursos disponíveis. Mas alguns municípios sobra um pouco mais e a gente ainda não chegou no assunto do desconto também a ser considerado na efetivação do contrato, então, como também foi apresentado existem valores prefixados e se utiliza dessa conta expansão que vai ter também um dinheiro reservado por causa do município, para caso seja do interesse expandir mais pontos do que o previsto, por exemplo, o município vai criar uma avenida nova e aí a cota de expansão seria as 50 luminárias, mas vai precisar de 60, para essa diferença há uma previsão no contrato de quanto custa colocar essas dez lâmpadas a mais, então a prefeitura vai poder negociar com a concessionária as 50 que ela já deveria colocar. Então ela vai colocar aquelas 50 e essas dez que excedem a cota. A prefeitura vai ter um valor e ela vai precisar fazer esse pagamento do valor. O projeto hoje prevê a demanda reprimida, como explicou, onde não tem iluminação e precisa ter um cálculo dessa necessidade

individualizada por município e de acordo com o crescimento da população apontado pelo IBGE ao longo dos anos. Então, essa é uma projeção. O município pode crescer mais e precisar de mais luminárias, ou ele pode crescer um pouco menos e ficar com sobras anuais. Então essas sobras não podem ser utilizadas ao longo do contrato. Acho que cabe uma complementação em relação a fiscalização. Também está previsto no contrato a criação de um centro de controle, então a maior parte dessas luminárias em vias principais, elas vão ter o sistema de gestão. Todo atendimento, toda queima, toda ocorrência fica registrada, esse também é um instrumento importante de acompanhamento. Os municípios terão acesso a essas estatísticas, esses dados, para que eles possam também ajudar o próprio consórcio nessa verificação, nessa cobrança do serviço. Os municípios são partes fundamentais na ajuda ao consórcio para garantir toda essa qualidade de serviço e tem o centro de controle, tem um software capaz de registrar todas essas demandas, visitar todas essas ocorrências. Isso vai sempre nos relatórios periódicos do verificador independente, para que possa justificar a própria contraprestação mensal. A pergunta seguinte foi de representante da prefeitura de Ibirama, dizendo que fez a pergunta antes mas não ficou claro a questão quando falado de um sistema, que seria na verdade como os municípios vão acompanhar, sendo que no dia a dia, na manutenção feita, é possível gerar um protocolo para as pessoas que pedem a manutenção, porque é de lá que vai vir a solicitação e também na questão da modernização, se seria o mesmo caso? A resposta dada foi a seguinte: Realmente a concessionária terá o seu próprio sistema para a gestão do Parque, embora a gestão seja nas vias principais, na maior parte dos municípios haverá um sistema completo, considerando o cadastro de todos os municípios e a nossa resposta anterior tinha sido em relação a verificação e a fiscalização que o verificador independente tem acesso e fiscaliza toda essa movimentação. Se os prazos estão sendo atendidos, quantas luminárias existem, mas em relação a operação de cada município em relação ao acesso a esses dados, esses sistemas naturalmente possuem acessos de usuários como visitantes, como visualizadores, e, normalmente é esse o tipo fornecido para o município para ser feito esse acompanhamento, então é um sistema que já vai existir e o que acontece e que será cedido para administração pública, nesse caso pode ser estendido para cada município, um acesso pra visualizar essas informações de como estão os pontos, se eles estão acesos, estão apagados, se tem em aberto, mas realmente apenas de visualização. Quem tem os acessos privilegiados normalmente são o verificador independente e a própria concessionária. A concessionária vai disponibilizar uma central pra receber denúncia de lâmpadas apagadas, por exemplo. Esse número, ela vai centralizar o que hoje a prefeitura faz, que é receber a denúncia e encaminhar para ser feito o trabalho. Então a concessionária terá um sistema para que ela receba a denúncia, ela conserte e o contrato prevê prazos. Por exemplo, queimou uma lâmpada na frente de um hospital, o contrato estimula em quanto tempo aquela lâmpada precisa ser trocada. Então a concessionária tem um dever de, naquele tempo estipulado, fazer essa troca. Se ela não fizer essa troca no tempo estipulado, ela corre o risco de ser penalizada, porque o contrato tem uma série de gatilhos que precisam ser cumpridos para que a concessionária possa receber o que a gente chama de contraprestação cheia. Ela só vai receber o valor completo que vocês viram na tela se ela cumprir com todos esses mecanismos que estão estipulados no contrato. Então, queimou uma luminária, o prazo é 24 horas, por exemplo, se em 24 horas ela não fizer essa troca, vai ficar registrado que nesse momento houve uma falha e ela poderá perder financeiramente caso não cumpra com o

que está colocado no contrato. A gente sabe que o ganho desse contrato é a eficiência, então, quanto mais eficiente for a concessionária, mais ela vai ser bem remunerada. Por exemplo, lâmpadas perto de hospitais é uma prioridade maior que lâmpadas afastadas. Aí tem outro prazo, ela tem prazos distintos pra cumprir demanda e ela centraliza todas essas demandas. A prefeitura deixa de se preocupar com esse serviço, de receber essa denúncia, já é um serviço a menos para a prefeitura, a concessionária, ela vai receber a denúncia, ela vai cadastrar nesse sistema que vocês poderão ter acesso. Vocês vão conseguir acompanhar o andamento desse atendimento. Não vai ser uma coisa alheia, por exemplo, lá na cidade tem dez chamados abertos, onde são esses chamados, vocês vão conseguir ver e vocês vão conseguir enxergar em quanto tempo a concessionária está resolvendo. Esse mês a concessionária não cumpriu cinco prazos, vocês vão ter condições de monitorar isso e esse monitoramento vai ajudar também o trabalho do verificador, então é preciso que vocês fiquem atentos, porque os prazos não estão sendo cumpridos. O monitoramento do contrato é contínuo. É uma responsabilidade dividida que vocês vão precisar seguir monitorando para tanto, para que a concessionária seja remunerada pelo trabalho efetivamente realizado tanto quanto penalizada pelo trabalho que ela deixa de realizar. Então para cada PPP é criado um site e dentro desse site você pode registrar abrindo chamados, para que haja transparência e efetivamente o serviço seja feito. A pergunta feita na sequência foi: Ainda é uma realidade, ainda bate no celular do prefeito essas questões, se puder alguém esclarecer se cada poste vai receber uma numeração pra facilitar a identificação tanto pelo cidadão quanto para a empresa na hora que receber esse chamado, isso também torna mais eficiente, mas a minha dúvida em específico é se cada município tem uma contraprestação máxima mensal que acredito que foi calculada em cima da expansão do parque atual e de vários fatores aí calculado por quem elaborou essa PPP. A minha dúvida é se a empresa na hora de fazer a proposta, na hora deste leilão, que eu acredito que é isso, ela vai poder apresentar desconto por lote como se fosse por município ou é o maior desconto aplicado em cima igualmente de todos os municípios? A resposta dada foi a seguinte: Isso exatamente. O desconto é linear e o desconto que ela vai ter que aplicar ela vai receber uma contraprestação do consórcio. Claro, cada município com sua prestação proporcional, mas o desconto que ela dá no leilão é linear e vai servir pra todos. E os valores máximos atuais são calculados, é um desconto que ele dá na licitação. Não havendo mais questionamentos, o presidente da mesa, prefeito Manoel Arisoli Pereira falou que gostaria de pontuar três situações para encerrar a audiência pública, sendo: nos contratos atuais, a empresa é remunerada por lâmpada queimada. Quanto mais lâmpada queimada, mais ela ganha dinheiro. No modelo novo ela vai ser remunerada, parte da remuneração por não ter lâmpada queimada na cidade. Acho que essa é a grande diferença dos dois modelos no processo. Outro ponto é lembrar que em breve os projetos de leis que tratam desse tema estarão chegando nas Câmaras Municipais e cada um precisa encaminhar e aprovar isso junto ao Legislativo. Assim, sem mais nada a tratar, o prefeito Manoel Arisoli Pereira, presidente da mesa técnica da audiência pública da PPP de Iluminação Pública deu por encerrada a presente reunião convidando a todos para um coffee break.